



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 560781 - CE (2020/0030882-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : LEONARDO ROBERTO OLIVEIRA DE VASCONCELOS E OUTRO
ADVOGADOS : JOSE ISAIAS RODRIGUES TOMAZ - CE017210
LEONARDO ROBERTO OLIVEIRA DE VASCONCELOS - CE018185
CÁSSIO FELIPE GOES PACHECO - CE017410
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : MARIA DE JESUS DINIZ NOGUEIRA
CORRÉU : ANTONIO NOGUEIRA NETO
CORRÉU : WILTON DA SILVA BRITO
CORRÉU : JOSIVAL NOGUEIRA VIDAL
CORRÉU : JOSE SERGIO DANTAS LOPES
CORRÉU : JANAINA BANDEIRA PEREIRA LOPES
CORRÉU : JOAOZITO ALVES DE ALENCAR
CORRÉU : MARCOS RONNY MOURA SALDANHA
CORRÉU : MARIA REGILANE DE CARVALHO SALDANHA
CORRÉU : JOSE CELIO BARBOSA FERNANDES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARIA DE JESUS DINIZ NOGUEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará que recebeu a denúncia em seu desfavor (Processo n. 0002083-20.2018.8.06.0000).

Depreende-se dos autos que o Ministério Público do Estado do Ceará, com base nos Procedimentos Investigatórios Criminais n. 38/2016 e 30/2017, no dia 4/12/2018, ofereceu denúncia contra 10 (dez) pessoas, dentre elas a ora paciente, Prefeita Municipal de Jati/CE, imputando-lhe a prática, em tese, dos crimes tipificados no art. 1º, inciso I, do Decreto-lei n. 201/1967, nos arts. 171 e 317 do Código Penal e no art. 1º da Lei n. 9.613/1998, c/c os art. 29 e 69 do Código Penal (e-STJ fls. 131/230).

Narra a inicial acusatória, em síntese, fatos envolvendo as desapropriações de imóveis pela Prefeitura Municipal de Jati/CE, destinados à construção de uma academia de saúde – no valor de R\$ 46.000,00 – e um estádio de futebol – no valor de R\$ 479.871,18 –, bem como a aquisição de um apartamento em Fortaleza/CE e outros bens particulares pela Chefe do Poder Executivo Municipal, ora paciente, por meio de recursos públicos provenientes de contratos celebrados com fornecedores do citado Município.

Antes do oferecimento da denúncia, a paciente, no dia 15/5/2018, foi afastada cautelarmente da função de Prefeita do Município de Jati/CE, pelo prazo de 180 dias, bem como foi proibida de frequentar qualquer repartição do Município de Jati/CE, nos termos do art. 319, II e VI, do Código de Processo Penal.

Posteriormente, foi deferido um primeiro pedido de prorrogação por mais 90 dias, contados a partir de 12/11/2018.

Aos 17/12/2018, a matéria foi levada a julgamento pelo Colegiado local, que ratificou os fundamentos da decisão recorrida.

Um segundo pedido de prorrogação, por mais 180 dias, foi deferido no dia 13/3/2019. Submetido ao crivo do TJCE, no dia 18/3/2019, a decisão foi mantida, em acórdão assim ementado:

EMENTA: PENAL PROCESSO PENAL. PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE MEDIDAS CAUTELARES CONCEDIDAS EM SEDE DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. PREFEITA MUNICIPAL E AGENTES EM EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA. AFASTAMENTO DA FUNÇÃO PÚBLICA E PROIBIÇÃO DE ACESSO ÀS REPARTIÇÕES MUNICIPAIS. MEDIDA QUE SE IMPÕE. NOVOS FATOS EM INVESTIGAÇÃO QUE, EM TESE, IMPLICAM O ENTENDIMENTO DE REITERAÇÃO DE CONDUTA DELITIVA. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS QUE DEMANDARAM A SUA IMPOSIÇÃO. RESPECTIVA AÇÃO PENAL EM FASE INICIAL DE NOTIFICAÇÃO DOS NOVE DENUNCIADOS. EXPEDIÇÃO DE CARTAS DE ORDEM. CAUTELARES MANTIDAS. RATIFICAÇÃO PELO ÓRGÃO COLEGIADO.

Assim, a defesa recorreu ao Superior Tribunal de Justiça, por intermédio do HC n. 540.203/CE, de minha Relatoria, a fim de afastar as medidas cautelares impostas com o retorno da paciente às funções de prefeita do Município de Jati/CE.

Nesse ínterim, em sessão de julgamento realizada no dia 21/10/2019, os Desembargadores integrantes das Câmaras Criminais Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, acordaram em receber a denúncia, dando prosseguimento à persecução penal em relação à Prefeita Municipal, bem como determinar o desmembramento dos autos, com a conseqüente remessa à Comarca de Jati/CE para apuração dos delitos imputados aos demais denunciados.

Ainda, nessa oportunidade, em razão da concessão de liminar no HC n. 540.203/CE, o Tribunal de origem suspendeu o julgamento do caso, somente, no que se refere às medidas cautelares adotadas em face da ora paciente.

O acórdão foi assim ementado (e-STJ fl. 25/26):

INQUÉRITO - PENAL E PROCESSO PENAL - ART. 1º, I, DO DEC. LEI N. 201/67, ART. 171, 317 E 333, TODOS DO CPB E ART. 1º DA LEI 9.613/98, EM CONCURSO DE AGENTES, MEDIANTE CONCURSO MATERIAL. 1. MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA DESTA CORTE PARA O CONHECIMENTO E JULGAMENTO DA CAUSA. IN APLICABILIDADE DO ENTENDIMENTO FIRMADO A PARTIR DA QUESTÃO DE ORDEM, DECIDIDA NO ÂMBITO DO STF NA APO 937/RJ. CONDUTAS PRATICADAS EM MANDATO PRETÉRITO. REELEIÇÃO. CAUSA DE PRORROGAÇÃO DE COMPETÊNCIA. PRECEDENTE DO STF. 2. DESMEMBRAMENTO DOS AUTOS EM RELAÇÃO À PREFEITA. ÚNICA DETENTORA DA PRERROGATIVA. COMPETÊNCIA RESTRITA. CAUSA COMPLEXA. MULTIPLICIDADE DE RÉUS. NECESSIDADE DE EVITAR MORA PROCESSUAL. INCIDÊNCIA DOS TERMOS DO ART. 80 DO CPP. 3. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 41 DO CPP E AUSÊNCIA DAS CAUSAS PREVISTAS NO ARTIGO 395 E 397 DESTA LEI. JUSTA CAUSA PRESENTE NOS ABUNDANTES INDÍCIOS EXISTENTES NOS AUTOS ACERCA DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA CRIMINOSA. DENÚNCIA RECEBIDA.

1. *Firma-se a competência desta Corte para o julgamento da causa, considerando que, nada obstante as condutas delitivas tenham sido praticadas no exercício do mandato pretérito - 2013/2016 - a Prefeita logrou-se reeleger-se no último pleito eleitoral para o mandato 2017/2020. não tendo ocorrido, portanto, qualquer interrupção no exercício do cargo, situação que implica a prorrogação de competência para o julgamento da causa. Precedentes do STF.*
2. *O foro por prerrogativa de função é de caráter restrito, descabendo a sua ampliação para cidadãos comuns, que não detêm a especial prerrogativa, sendo esse o motivo ensejador do desmembramento dos autos, mediante o julgamento somente da Prefeita por esta Corte de Justiça. Ademais, por suas excepcionais características relativas à multiplicidade de réus. o vasto acervo e a adoção de cautelares, isso autoriza a incidência do art. 80 do Código de Processo Penal.*
3. *A denúncia apresentada pelo Ministério Público possui todos os requisitos formais exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, não incidindo em qualquer das causas de rejeição previstas no artigo 395, inexistindo ainda nos autos causas capazes de conduzir à absolvição sumária, nos termos do art. 397 da lei processual.*
4. *Os documentos e depoimentos que dão lastro à inicial reclamam a instauração da ação penal e o recebimento da exordial encerra apenas um juízo de admissibilidade da acusação, devendo pautar o presente momento o princípio in dubio pro societate.*
5. *Recebida a inicial em relação à Prefeita Municipal*
6. *Suspenso o julgamento, no que concerne às medidas cautelares de suspensão da função pública e a proibição de frequência a repartições municipais, que estão sob a análise da Superior Tribunal de Justiça, até que se dê o julgamento de mérito do respectivo writ - HC 540.203-Ce*

Contra esse acórdão, a Procuradoria de Justiça do Estado do Ceará opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados pelo Tribunal Cearense, em sessão de julgamento realizada no dia 16/12/2019 (e-STJ fls. 5475/5481).

Em decisão monocrática, no dia 17/12/2019, nos autos do HC n. 540.203/CE, esta Relatoria concedeu a ordem, de ofício, autorizando o imediato retorno da ora paciente à função de Prefeita Municipal. Esta decisão transitou no dia 10/2/2020, conforme as informações processuais desta Corte Superior.

Agora, no presente *habeas corpus*, os causídicos sustentam a incompetência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para processar e julgar a ação penal em face da paciente, visto que os crimes lhe imputados foram supostamente praticados no mandato anterior (2013 - 2016), e, embora a paciente tenha sido reeleita para o mandato subsequente (2017 - 2020), segundo a defesa, não há que se falar em foro por prerrogativa de função.

Argumenta que, segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores, conquanto existam mandatos sucessivos, a prerrogativa de foro somente se aplica aos atos praticados no mandado em curso, não mais se aplicando aos fatos ocorridos em mandatos já findo.

Ainda, narra a defesa que, após o recebimento da denúncia pela Corte local, estão sendo cometidas diversas irregularidades procedimentais, dentre elas, o fato de que a Desembargadora Relatora, que adotou expressamente o rito da Lei n. 8.038/1990, em descumprimento ao referido Diploma legal, não determinou a intimação da paciente para apresentar defesa prévia, tampouco para apresentar testemunhas.

Pugna, liminarmente, pela suspensão da Ação Penal em curso, até o

julgamento definitivo deste *habeas corpus*. No mérito, requer seja concedida a ordem para anular o acórdão ora impugnado, remetendo-se os autos ao Juízo de primeiro grau.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 2911/2918).

Conforme o termo de ciência anexado à e-STJ fl. 2919, o causídico JOSE ISAIAS RODRIGUES TOMAZ (OAB/CE n. 172100) deu-se por ciente da decisão que indeferiu o pedido liminar contido no presente *habeas corpus* (e-STJ fls. 2911/2918).

Por intermédio da Petição n. 00047509/2020, protocolada no dia 12/2/2020, a defesa requereu a "anexação complementar de documentos" aos autos, que foram devidamente juntados às e-STJ fls. 2924/5451.

As informações foram devidamente prestadas pelo Tribunal de origem (e-STJ fls. 5462/5516).

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 5518):

PENAL e PROCESSUAL PENAL. Habeas corpus. Ação penal. Foro por prerrogativa de função. Prefeita municipal reeleita para mandato imediatamente subsequente. Prorrogação da prerrogativa de foro. Precedentes do STJ e do STF. Recebimento da denúncia pelo Tribunal de Justiça do Estado. Competência que deve ser reconhecida. Irregularidades procedimentais. Inobservância do rito estabelecido pela Lei nº 8.038/90. Não caracterização. Ausência de ilegalidade flagrante. Denegação da ordem

É o relatório. **Decido.**

Observa-se, de início, que o apontado ato coator provém do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o que possibilita, a teor do art. 105, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal de 1988, a impetração do *habeas corpus* originário.

Busca-se na presente impetração, em síntese, a concessão da ordem para anular o acórdão que recebeu a denúncia formulada contra a ora paciente, declarando-se a incompetência do TJCE para processar a ação penal n. 0002083-20-2018.8.06.000, em razão da inexistência de foro por prerrogativa de função em relação à paciente.

Segundo o alegado, o foro por prerrogativa de função não atinge fatos ocorridos no exercício da função de mandato já findo, ainda que tenha ocorrido posterior reeleição, como é o caso dos autos.

De plano, assevero que o pleito não merece acolhimento.

Em verdade, é cediço que o Supremo Tribunal Federal firmou orientação jurisprudencial no sentido de que: "o foro por prerrogativa de função restringe-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas" (AP n. 937 QO, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 3/5/2018, DJe de 10/12/2018).

Ressalte-se que o foro privilegiado foi pensado para ser um instrumento destinado a garantir o livre exercício de certas funções públicas, e não para acobertar a pessoa ocupante do cargo. Por essa razão, não faz sentido estendê-lo aos crimes cometidos antes da investidura nesse cargo e aos que, cometidos após a investidura, sejam estranhos ao exercício de suas funções. Se o foro por prerrogativa de função for amplo e envolver qualquer crime ele se torna um privilégio pessoal que não está relacionado com a proteção do cargo.

O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, não destoa da jurisprudência do

STF, ao consignar que: "como o foro por prerrogativa de função exige contemporaneidade e pertinência temática entre os fatos em apuração e o exercício da função pública, o término de um determinado mandato acarreta, por si só, a cessação do foro por prerrogativa de função em relação ao ato praticado nesse intervalo" (QO na Apn n. 874/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Corte Especial, julgado em 15/5/2019, DJe de 3/6/2019).

Entretanto, a hipótese dos autos apresenta uma certa peculiaridade, pois, após a suposta prática dos crimes em questão, a paciente foi reeleita para o mandato imediatamente subsequente. Não há, portanto, qualquer intervalo ou hiato entre os mandatos como Chefe do Poder Executivo Municipal, cargo que, por disposição constitucional (art. 29, inciso X, da CF/88), atrai a competência para o respectivo Tribunal de Justiça Estadual.

Nesse sentido, o Pleno do Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que, "na hipótese em que o delito seja praticado em um mandato e o réu seja reeleito para o mesmo cargo, a continuidade do foro por prerrogativa de função restringe-se às hipóteses em que os diferentes mandatos sejam exercidos em ordem sequencial e ininterrupta" (Inq n. 4.127, Rel. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 20/11/2018, DJe de 23/11/2018).

E, ao contrário do alegado pela defesa, destaco os seguintes julgados desta Corte Superior em que os autos foram remetidos ao primeiro grau de jurisdição em razão do **longo período de tempo** entre a data dos fatos e o retorno ao cargo eletivo para fins de prorrogação de competência, o que, repito, não se amolda à hipótese dos autos.

Veja-se:

HABEAS CORPUS. SUPOSTO CRIME PRATICADO POR PREFEITO EM RAZÃO DO CARGO NO EXERCÍCIO DE MANDATO ANTERIOR. NÃO CARACTERIZADA ORDEM SEQUENCIAL E ININTERRUPTA DOS MANDATOS. REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO DE 1ª GRAU SEM ANULAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS. PRECEDENTES DESTES STJ E DO STF. HABEAS CORPUS CONHECIDO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

[...]

IV - No caso concreto, os fatos atribuídos ao paciente, então Prefeito de Buritizal/SP, datam do ano de 2011, ou seja, teriam supostamente ocorrido durante o mandato 2008-2012. Não eleito para o mandato subsequente, o paciente apenas veio a ocupar novo cargo de Prefeito em 2017-2020. Diante desse quadro fático, constata-se que houve a quebra da necessária e indispensável continuidade do exercício do mandato político para fins de prorrogação da competência. Portanto, se vislumbra ilegalidade na manutenção do eg. Tribunal como juízo competente originário, tendo em vista que o recebimento da denúncia aconteceu em 24/04/2019 pelo órgão colegiado.

[...]

Habeas corpus conhecido. Ordem parcialmente concedida para encaminhar os autos ao 1º Grau para regular processamento e julgamento, com a possibilidade de o d. Juízo a quo ratificar todos os atos até então praticados, inclusive, o de recebimento da denúncia.

(HC 539.002/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), Quinta Turma, julgado em 21/11/2019, DJe de 28/11/2019) - grifei.

PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO

CRIMINOSA. CRIME PRATICADO POR PREFEITO NO EXERCÍCIO DE MANDATO ANTERIOR. NÃO CARACTERIZADA ORDEM SEQUENCIAL E ININTERRUPTA DOS MANDATOS. CONTINUIDADE DA AÇÃO PENAL NO JUÍZO DE 1ª GRAU. INOCORRÊNCIA DE NULIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

3. *No caso em exame, como os fatos atribuídos ao recorrente ocorreram no curso do mandato anterior (2009/2012), sem que fosse reeleito para o período subsequente, retornando ao executivo municipal somente em janeiro de 2017, verifica-se a quebra da necessária e indispensável continuidade do exercício do mandato político para fins de prorrogação de competência.*

4. *Tendo em vista que os fatos apurados são referentes ao exercício do cargo de prefeito durante os anos de 2009/2012, não se vislumbra ilegalidade na manutenção do Juízo da Vara Única da Comarca de Pedra Branca/CE para processar e julgar o recorrente, sem necessidade de nova remessa ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.*

5. *Recurso não provido.*

(RHC 111.781/CE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 25/6/2019, DJe de 1/7/2019) - grifei.

PROCESSO PENAL. DENÚNCIA. QUESTÃO DE ORDEM. GOVERNADOR. MANDATOS SUCESSIVOS. PRERROGATIVA DE FORO. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. REDUÇÃO TELEOLÓGICA. ART. 105, I, "A", DA CF/88. FINALIDADE DA NORMA CONSTITUCIONAL.

[...]

8. *Na presente hipótese, a omissão supostamente criminosa imputada ao investigado ocorreu no penúltimo de seu segundo mandato à frente do Poder Executivo Estadual, de modo que a manutenção do foro após um hiato de posse de cargo no Legislativo Federal e mais um mandato no Executivo Estadual configuraria um privilégio pessoal, não albergado pela garantia constitucional.*

9. *Questão de ordem resolvida para reconhecer a incompetência do STJ para examinar o recebimento da denúncia e determinar seu encaminhamento ao primeiro grau de jurisdição.*

(QO na APn 874/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/5/2019, DJe de 3/6/2019) - grifei

Somado a isso, destaco o seguinte precedente da Primeira Turma do STF que, ao visualizar o intervalo de 4 anos entre os mandatos, concluiu pela cessação do foro por prerrogativa de função e remeteu os autos ao Juízo de primeiro grau, ao contrário do caso dos autos, em que a paciente foi reeleita para o mandato imediatamente subsequente, no mesmo cargo eletivo. Ou seja, não houve qualquer intervalo entre os mandatos.

Confira-se o acórdão do referido julgado:

PENAL E PROCESSO PENAL. DISPENSA IRREGULAR DE LICITAÇÃO. PREFEITO MUNICIPAL. **FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. CRIME COMETIDO EM MANDATO ANTERIOR. LAPSO TEMPORAL DE 4 ANOS ENTRE O TÉRMINO DE UM MANDATO E O INÍCIO DO OUTRO.** QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 937 DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS À PRIMEIRA INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO. 1. O Plenário desta CORTE, no julgamento da questão de ordem na Ação Penal 937, fixou as seguintes teses: "(i) O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas; e (ii) Após o

*final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo". 2. Agravante denunciado perante o Tribunal de Justiça, por ter dispensado, por 42 vezes, licitações fora das hipóteses previstas em lei, quando exercia o cargo de prefeito do Município de Barueri. **Recorrente que não foi reeleito, vindo ocupar o cargo novamente após lapso temporal de 4 anos.** 3. Delitos atribuídos ao agravante que não foram cometidos durante o exercício do atual cargo e não estão relacionadas às funções agora desempenhadas. 4. Determinação de imediata remessa dos autos à primeira instância. Precedentes. 5. Agravo regimental provido. (RE 1185838 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 14/05/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-172 DIVULG 07-08-2019 PUBLIC 08-08-2019) - grifei.*

Portanto, entendo que deve ser mantido o foro privilegiado nos casos em que o detentor de mandato eletivo é reeleito para mandato imediatamente subsequente, no mesmo cargo, que responderá por delito praticado no exercício do primeiro mandato por ele desempenhado.

Noutro giro, no que tange ao suposto descumprimento do rito processual previsto na Lei n. 8.038/90, não verifico a existência de flagrante constrangimento ilegal, apto a ensejar a concessão da ordem, de ofício.

Isso porque, consoante as informações prestadas, verifica-se que a Desembargadora Relatora ordenou a notificação da paciente para que fosse apresentada a peça de resposta à acusação, dentro do prazo legal previsto na legislação especial que rege as ações penais de competência originária.

Veja-se (e-STJ fl. 5466): *por intermédio de despacho proferido em 31 de janeiro de 2020 (fl. 5.294), determinei a citação da acusada, para apresentação da peça de defesa, nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei nº 8.038/1190, mediante expedição de carta de ordem respectiva, para que, após, se propicie o início dos atos de instrução.*

Além disso, ao que consta, desde o recebimento da denúncia, a defesa não submeteu a matéria referente às supostas nulidades por inobservância ao rito da Lei n. 8.038/1990 ao crivo do Tribunal de origem, o que obsta a apreciação da matéria diretamente nesta Corte Superior, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e desprestígio às instâncias ordinárias.

Ao ensejo:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 1º, XIII, DO DECRETO-LEI 201/67. CRIME PRATICADO POR EX-PREFEITO. NULIDADES. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PREJUÍZO SUPORTADO PELO RÉU NÃO COMPROVADO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. DEFICIÊNCIA DE DEFESA NÃO EVIDENCIADA. PRINCÍPIO DA VOLUNTARIEDADE RECURSAL. DECLÍNIO DA COMPETÊNCIA PELA CORTE ESTADUAL ANTES DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. DEFESA PRÉVIA OFERECIDA PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE NOVA ABERTURA DE PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO PRÉVIA DA DEFESA ANTES DO RECEBIMENTO DA INCOATIVA PELO MAGISTRADO DE 1º GRAU. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PARIDADE DE ARMAS. PEÇA ACUSATÓRIA RATIFICADA, SEM QUE QUALQUER FATO NOVO FOSSE ACRESCIDO. DESNECESSIDADE DE OFERTA DE NOVA DEFESA PRÉVIA. DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA MOTIVADA,

ASSIM COMO AQUELA PROFERIDA APÓS A MANIFESTAÇÃO DEFENSIVA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO PROFERIDO NO JULGAMENTO DO APELO DEFENSIVO ORDEM NÃO CONHECIDA.

[...]

2. Hipótese na qual os temas deduzidos não foram objeto de cognição pela Corte de origem, o que obsta à apreciação de tais matérias por este Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes.

(HC 365.684/PB, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 1/9/2016, DJe de 20/9/2016) - grifei.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca

Relator